

A AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA VISÃO POR MEIO DAS LENTES DA SOCIOLINGÜÍSTICA

Wanessa Rodovalho Melo Oliveira (UEMS)

wanessarmelo@hotmail.com

Antonio Carlos Santana de Souza (UEMS)

acssuems@gmail.com

RESUMO

Com a problemática de que a norma culta apresentada pelas gramáticas não contempla as atitudes e as crenças linguísticas presentes nos falares dos alunos, gerando assim, muitas vezes, o preconceito linguístico, portanto, este estudo visa apresentar as vertentes da Sociolinguística presentes na sala de aula, especificadamente nas aulas de Língua Portuguesa. Para isso serão utilizados embasamentos nos escritos de Bortoni-Ricardo (2004) sobre a sala de aula, em que os erros frequentes dos alunos não podem ser apontados para humilhá-los, mas sim, podem ser explicados com uma abordagem sistêmica. Também de Lambert e Lambert (1972), que discorram sobre as atitudes e crenças linguísticas, explicando as reações cognitivas e emocionais que envolvem o falante, e Bagno (1999), em relação ao preconceito linguístico, ao demonstrar que a escola está acarretada de pré-conceitos. Os resultados esperados visam deslumbrar um novo olhar frente à Sociolinguística vivenciada na sala de aula, com comentários que fazem repensar em como lidar com os erros e os acontecimentos inerentes às atitudes e crenças linguísticas. Para isso, a Sociolinguística não tira a responsabilidade do professor de Língua Portuguesa em ensinar a norma culta, pois sabendo usá-la de maneira adequada, assegura as diversidades da língua e as diversas identidades existentes na sala de aula.

Palavras-chave:

Estudante. Norma Culta. Variação Linguística.

ABSTRACT

With the problem that the educated norm presented by grammars does not include the linguistic attitudes and beliefs present in the students' speeches, thus generating, often, linguistic prejudice, this study aims to present the aspects of sociolinguistics present in the classroom, specifically in Portuguese language classes. For this, they will be used based on the writings of Bortoni-Ricardo (2004) on the classroom, in which the students' frequent mistakes cannot be pointed out to humiliate them, but can be explained with a systemic approach. Also by Lambert and Lambert (1972) who discuss linguistic attitudes and beliefs explaining the cognitive and emotional reactions that involve the speaker and Bagno (1999) in relation to linguistic prejudice, when demonstrating that the school is loaded with preconceptions. The expected results aim to dazzle a new look at the sociolinguistics experienced in the classroom, with comments that make us rethink how to deal with errors and events inherent to linguistic attitudes and beliefs. For this, Sociolinguistics does not remove the responsibility of the Portuguese language teacher to teach the cultured norm, as

knowing how to use it properly, it ensures the diversity of the language and the various identities existing in the classroom.

Keywords:

Student, Cultured norm, Linguistic variation.

1. Introdução

As aulas de Língua Portuguesa são ministradas, de maneira geral, proporcionando aos alunos, o conhecimento da língua padrão, que é a aquela que todos os falantes da língua portuguesa entendem e se utilizam de suas regras e preceitos gramaticais, por isso, as aulas são mais focadas na escrita do que na fala, externado uma importância menor à comunicação oral.

Entretanto, a norma culta apresentada pelas gramáticas não contempla as atitudes e as crenças linguísticas presentes nos falares dos alunos, pois muitos destes apresentam variedades linguísticas, que são informais e causam estranhamento com a fala da comunidade da sala de aula. Os conflitos que costumam resultar dessas variantes da língua podem levar ao preconceito linguístico, que como o nome indica, possibilita acarretar um juízo de valor negativo, gerando desrespeito e menosprezo com um aluno que fala de maneira diferente.

As situações de discriminação geradas pelo preconceito linguístico podem ficar camufladas em sala de aula, sem que nenhuma atitude efetiva de ensino seja adotada para superá-lo. Dessa forma, constata-se que é muito mais fácil comentar sobre as variedades linguísticas fora do contexto escolar do que combater o preconceito linguístico em uma simples roda de leitura e com outros procedimentos metodológicos que influenciem positivamente a vida estudantil.

Partindo desse princípio, este trabalho visa contemplar as diversas faces das atitudes linguísticas que são pouco exploradas na sala de aula e ainda, entender como as crenças linguísticas podem estar presentes no falar dos alunos e dos professores.

Os trabalhos de Bortoni-Ricardo (2004), Lambert e Lambert (1972) e Bagno (1999) nortearam esta exposição com embasamentos relevantes que mostram como a prática pedagógica tem lidado com as variedades linguísticas existentes nas aulas de Língua Portuguesa e como os professores poderão adequar o seu conhecimento com as muitas variantes da língua e com o preconceito linguístico.

Os psicólogos Lambert e Lambert (1972) destacam as atitudes e as crenças linguísticas, tão recorrentes nas aulas de Língua Portuguesa, mas que acabam sendo ignoradas ou simplesmente taxadas como erradas, por não se adequarem ou causarem estranheza para o grupo social.

2. A norma culta e a variedade linguística

A escola tem o papel de ensinar o vocabulário culto e as normas gramaticais para que os alunos tenham uma postura crítica e seja detentor de conhecimentos, exercendo seu papel social e intelectual no meio em que vive. Desse modo, a sociolinguística está alicerçada em fatores extras que norteiam a língua de cada indivíduo, não presa à “norma culta”, mas ligada à “norma popular” como é chamada por Faraco (2008).

Martins e Tavares explicam:

Da polissemia do termo *norma*, convém estabelecer duas concepções gerais: uma do nível da idealização do que configuraria um modelo para determinado grupo de usuários da língua (*norma idealizada, abstrata e subjetiva*), e outra de nível da concretização, dos usos mais produtivamente preferidos em determinada comunidade de fala (*norma de uso, concreta, objetiva*). (MARTINS; TAVARES, 2014, p. 11)

Esse primeiro grupo está relacionado a falantes que querem aproximar-se da norma culta, seja por conhecimento ou pela aproximação de grupos de prestígios que demonstram um intelecto privilegiado sobre o segundo grupo de falantes por usarem da língua para uma comunicação mais simples com menos estereótipos.

Ao nível de concretização ainda está incluso, segundo (MARTINS; TAVARES, 2014) as variedades linguísticas presentes no cotidiano do falante, as *normas populares* ou *variedades populares* que registram todo o contexto em que o indivíduo se expressa através da língua, com sotaques e dialetos registrados pelo tempo, pelo convívio social, histórico e religioso que este está integrado.

É nesta parte que a escola tem priorizado o conhecimento da norma-padrão, assim “limitando suas possibilidades expressivas, é o sistema de realizações obrigatórias sociais e culturais de uma comunidade” (COSERIU, 1967, p. 97-8 *apud* BAGNO, 2004, p. 298). Quando a norma padrão, estipulada como correta afoga o falar popular, acontece uma quebra de identidade do falante como indivíduo, impondo a ele um rigoroso sistema de regras de comunicação oral.

Partindo do seguinte pressuposto: “Se os falantes se subordinam à gramática da língua, para se fazerem entender socialmente, não deixam, contudo, de comandá-la, já que são eles que decidem o que fica e o que entra de novo e de diferente” (ANTUNES, 2003, p. 89).

Bortoni-Ricardo expõe que é “papel da escola, portanto, facilitar a ampliação da competência comunicativa dos alunos, permitindo-lhes apropriarem-se dos recursos comunicativos necessários para se desempenharem bem, e, com segurança, nas mais distintas tarefas linguísticas” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 74).

Assim, o desafio é equilibrar o que o aluno precisa aprender para portar-se de maneira adequada a vários ambientes, tendo consciência das regras gramaticais cabíveis em diversos âmbitos sociais e intelectuais, como também tendo a percepção do seu papel linguístico.

Porquanto a escola e a sociolinguística têm a seguinte visão sobre a língua portuguesa:

Uma é a língua que a escola pretende transmitir a seus alunos, que se funda numa tradição histórica idealizada e que continua nas gramáticas pedagógicas; o outro português é o das falas correntes, do vernáculo, na definição laboviana, que cada vez mais chega à escola, não só na fala do aluno pelo maior acesso, embora insuficiente, como sabemos, mas também na dos professores de hoje, na sua maioria, por razões históricas conhecidas, também são provenientes desses segmentos da sociedade. (BAGNO, 2004, p. 303-4 *apud* GERALDI 1991, p. 115; MATTOS E SILVA, 1995, cap. 2)

Embora haja mesmo o começo de uma valorização identitária cultural, histórica e linguística, a escola não está totalmente na contra mão nesse processo evolutivo da língua, pois, as provas dos vestibulares, o ENEM e as aplicadas pelo governo para avaliar tanto a qualidade do ensino básico quanto a superior, contemplam os princípios das diretrizes para a linguagem culta, sendo assim, a expressão que corriqueiramente não sai da boca de um adolescente, marcada pela região em que mora, não será aceita na redação por estar fora do parâmetro esperado.

Provavelmente na escola, será o único lugar em que o aluno terá a oportunidade de conhecer a norma padrão, por isso, a função da sociolinguística não é desprestigiar a norma citada, mas complementar a gramática.

Conclua-se que a escola está em uma via dupla de troca de sentidos em que ora a norma padrão é prestigiada pelo aluno proveniente de uma classe de maior escolaridade, ora por uma vertente linguística ado-

tada por um estudante de uma classe com menos escolaridade, ambos convergem na fala que não requer julgamentos e nem definições de certo ou errado, porque a comunicação vai além dos esquemas gramaticais, é a interação com o outro que torna a língua cheia de sentidos e fenômeno de estudo, por ser heterogênea e submetida, a todo o tempo, há muitas mudanças.

3. A disciplina Língua Portuguesa e algumas vertentes sociolinguísticas

A maneira de apresentar a língua portuguesa como língua materna mudou frente aos alunos. Muitas concepções sobre a língua, sua estrutura e o ponto de vista linguístico sobre ela, faz-se necessário para assegurar uma visão diferenciada do professor, que não é mais o detentor da norma culta como obrigatoriamente correta e soberana, primordialmente em relação à fala.

A Sociolinguística, por estudar os fenômenos decorrentes da língua, à luz de acontecimentos que são inerentes a ela, busca refletir sobre como a sociedade, a família, o grupo social, a escolaridade, o fator do sexo, a idade, influenciam na maneira de falar de uma pessoa.

Pensando nisso, existe uma língua correta? Um português politicamente correto falado em determinado Estado ou grupo social? Ou todos os falares brasileiros estão corretos? Como os professores têm lidado com tanta variedade? Sendo assim, como reagir ao “erro”?

Há algum tempo, a maneira correta de ensinar a conjugação verbal era escrever três, quatro folhas conjugando os verbos em todos os tempos e modos verbais, exaustivamente até decorar. Atualmente, a maneira de ensinar mudou, é necessário contextualizar para o aluno entender quando será necessário empregar cada verbo, porém, ainda é possível ouvir *a gente fazemos* e *nós vai*.

Logo, o desvio da norma padrão pode ser diagnosticado como erro, mas a sociolinguística explica por outras lentes:

Erros de português são simplesmente diferenças entre variedades da língua. Com frequência, essas diferenças se apresentam entre a variedade usada no domínio do lar, onde predomina uma cultura de oralidade, em relações pelo afeto e informalidade, como vimos, e culturas de letramento, como a que é cultivada na escola. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 36)

Muito do que o aluno é, abrange a bagagem intelectual que este

recebe de suas interações familiares e de pessoas que mantêm relações afetivas como amigos, comunidades religiosas e outras que ajudam a construir um vocabulário marcado por tantas variedades influenciadoras.

Ainda sobre o “erro”, o olhar atento do professor proporciona um ambiente de aceite às diferenças. Portanto, o falante do campo é, possivelmente, diferente do falar urbano, como explica:

É fundamental que o profissional de ensino de Língua Portuguesa seja capaz de reconhecer os traços que são descontínuos e que efetivamente caracterizam o falante rural e/o não escolarizado do falante urbano e/o escolarizado [...] na maioria das vezes estereótipos linguísticos (além dos traços específicos da escrita), que, vai de regra, fazer com que os usuários da língua, alunos e professores, tenham a sensação de que há enormes diferenças entre o português que se fala e o português que se ensina, assim, acabam por considerar, lamentavelmente, que “se fala muito mal a língua portuguesa no Brasil”. (MARTINS; TAVARES, 2014, p. 15)

É importante o professor não direcionar ao erro o aspecto cultural do aluno, gerando o preconceito linguístico pelo simples fato de falar diferente ou de representar uma comunidade com aspectos dialetais não padronizados à turma da sala de aula. O aluno tem o direito de se manifestar e expressar sua cultura seja na língua falada, nas suas ideologias e mais, na identidade que o torna respeitado.

Bortoni-Ricardo (2004) salienta que o aluno não deve ser corrigido a ponto de envergonhá-lo e se for para interromper um pensamento, é melhor esperar outra oportunidade para corrigi-lo, especialmente na fala, pois em muitas vezes em conversas informais não possuem o mesmo monitoramento da escrita.

Outra vertente recorrente na sala de aula são as atitudes linguísticas, definidas por Lambert como “a maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação às pessoas, grupos, questões sociais ou, mais genericamente, a qualquer acontecimento ocorrido em nosso meio circundante” (LAMBERT; LAMBERT, 1972, p. 78)

Essas atitudes são reações ao meio em que o falante está participando, como ele lida com as suas próprias experiências e como enfrenta determinadas situações dentro do seu cognitivo, por isso, a sociolinguística abrange vários quesitos que fazem da atitude linguística um espelho do que a pessoa acredita.

Para Alves:

A atitude é vista como um processo, dotado de certas etapas, e não sim-

plesmente como um resultado. Ou seja, a percepção do objeto e a demonstração ativa de um indivíduo, a partir dele e com relação a enquadramento do objeto do sistema de crença e valores do indivíduo e sua eventual reação emotiva a ele. A tendência para certo tipo de ação torna-se assim o produto, o resultado final desse confronto. (ALVES, 1979, p. 33)

Portanto, na sala de aula quando acontece uma reação ao vocabulário de um colega, a tendência é demonstrar uma reação emotiva em que o objeto pode causar desprezo, prestígio ou preconceito, principalmente quando este é de outra região, por ter um vocabulário diferente, portanto poderia aqui, ser nomeado conforme Alvesapontou, o preconceito, por estar presente tanto na fala do aluno quanto impregnado na fala do professor.

Exalta-se ainda, que em diversas vezes, o discurso do professor, com suas próprias experiências e suas atitudes linguísticas compromete o falar do aluno tornando-se, um potencial agente de preconceito.

O professor não pode impor sua língua de prestígio sobre as vivências de seus alunos, pois a imposição da norma culta no falar do aluno está além dos muros da escola. O social apresenta um foco diferente, que tem mais relação com o que o aluno é em toda a sua construção social, do que as normas que as gramáticas ensinam.

Lambert (1972) acrescenta que as atitudes são tão importantes que elas podem definir quem somos, a qual grupo pertencermos, as filosofias que acreditamos e ainda, o comportamento, a personalidade e os nossos julgamentos.

Dessa forma, entende-se que as atitudes determinam o comportamento linguístico do sujeito e, além disso, são reforçadas pelas suas crenças, configurando-se em algo em que se acredita, verdade absoluta para alguém ou para determinado grupo.

Para Silva-Poreli, a palavra crença significa “aquilo ou aquele em que se crê”, e explica que “tal sentido remete ao entendimento de que crença indica algo em que se acredita como verdade, mesmo que essa verdade não tenha nenhum valor empírico” (SILVA-PORELI, 2010, p. 15).

Analisa-se que este é o motivo de causar desafeição e gerar muitos preconceitos em uma sociedade que apresenta variações em diferentes setores. Um exemplo dessa variação é a família que, atualmente, é constituída de muitas maneiras, e para alguns, é difícil aceitar as diferentes construções familiares, devido à sua criação ou ao que é imposto pela

sociedade, mas não cabe a ninguém impugnar a crença de outros, pelo simples fato de não ser a mesma que a sua.

As crenças estão ligadas a valores que são gerados no cognitivo. E, segundo (BEM, 1973, p. 14), podem ser definidas como um “conjunto de convicções que o indivíduo tem sobre si mesmo”. Por isso, quando alguém discrimina alguma ação, a sua reação está envolvida tanto nas atitudes quanto nas crenças. Isso acontece a todo instante em sala de aula, nos momentos em que os diversos falantes que defendem pontos de vista diferentes e acreditam que a sua verdade é soberana à crença do outro. Nesses casos, o professor mediador de conflitos precisa lidar com as variedades de forma que a individualidade seja respeitada.

A escola, por um contexto histórico, é tida por preconceituosa, pois as variedades linguísticas presentes dentro dela fogem ao padrão imposto como correto. Para Bagno (1999), o preconceito linguístico:

[...] se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada”, feia, estropiada, rudimentar, deficiente, e não é raro a gente ouvir que “isso não é português. (BAGNO, 1999, p. 40)

As regras gramaticais não expressam o que uma pessoa é, como ela enxerga o próximo e em qual contexto social está inserida. Por isso, é tão difícil para a escola aceitar um português falado por comunidades minoritárias ou por falantes que não são modelos da norma culta. Inclusive, os próprios grupos dentro da escola tendem a excluir quem não faz parte do seu prestígio, tanto no que se refere à língua, quanto nas atitudes, apresentando rejeições tipicamente preconceituosas, dando espaço ao *bullying*.

Outro fator refere-se aos livros didáticos, que não apresentam a variedade popular como algo corriqueiro e, muitas vezes, acaba gerando confrontos entre o professor e o aluno, uma vez que este poderá sentir-se envergonhado por falar “errado”, por ter um sotaque diferente, influenciado pelas relações interpessoais, pois segundo Marlene Sabadin, “normalmente a fala está associada ao nível social, intelectual, regional e a mídia reforça esse preconceito, principalmente em relação às regiões mais estigmatizadas” (SABADIN, 2013, p. 185).

E ainda acrescenta que “A escola reconhece a variação linguística no Brasil, porém ainda falta preparo, embasamento teórico e conheci-

mento para trabalhar com o tema, logo, continua-se impondo a variedade padrão como única opção linguística, desconsiderando as demais variedades”. (SABADIN, 2013, p. 188).

É emblemática a situação em que o sujeito que diz *a gente vamos* é considerado pela sociedade como se tivesse menos capacidade intelectual do que o que diz *nós vamos*. Ele tem seus saberes desconsiderados, por serem diferentes, por não perpassarem pelas regras gramaticais, que estão ligadas à família, ao seu grupo social e à sua vivência pessoal. Em muitos casos como este apresentado e em outros como na frase *eu vi ela*, bastante usada no cotidiano de muitos alunos, estes têm consciência de que devem escrever todas as palavras corretamente e isso é uma prova que nem sempre a escrita é cópia da fala.

Para Bagno (1999), o preconceito linguístico está ligado à confusão com a gramática normativa. Ele esclarece que a gramática não é uma língua, logo ela não pode ser determinante como correta, pois a gramática não muda (ou frequentemente) como a língua que é viva e está em constante processo de transformação.

Quando se fala acerca de padrões de comportamento linguístico em um meio social, observa-se que até mesmo na sala de aula, no componente curricular de Língua Portuguesa, os padrões linguísticos dos sujeitos são avaliados como positivos ou negativos, e Mollica explica que:

[...] os padrões linguísticos estão sujeitos à avaliação social positiva ou negativa e, nessa medida, podem determinar o tipo de inserção do falante na escala social. Outros indicadores são igualmente responsáveis pela colocação ou exclusão social dos indivíduos [...] (MOLLICA, 2007, p. 30)

Portanto, o preconceito também está relacionado a posição do indivíduo, logo, uma pessoa com vocabulário requintado está propenso a sofrer preconceito linguístico por não se assemelhar a padrões tipicamente desfavorecidos à sua linguagem. Logo, o preconceito ocorre não apenas por desmerecimento, mas também por uma postura inflexível de um país que tem marca registrada, em muitos casos, pela intolerância.

Bagno esclarece com a seguinte citação:

Os preconceitos, como bem sabemos, impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo. É necessário um trabalho lento, contínuo e profundo de conscientização para que se comece a desmascarar os mecanismos perversos que compõem a mitologia do preconceito. (BAGNO, 1999, p. 70)

Entende-se então, que a mudança de postura precisa ser trabalhada desde a infância. Na escola, o aluno terá a oportunidade de vivenciar a empatia de forma a aceitar as diversas tendências da língua falada em sala de aula, para não crescer um cidadão preconceituoso.

4. Considerações finais

As seguintes vertentes apresentadas na sala de aula sobre as atitudes e crenças linguísticas, assim como o preconceito linguístico nortearam este estudo para contextualizar o que acontece na sala de aula.

Professores sensíveis às variantes da língua saberão lidar com as diversidades apresentando a seus alunos as quebras de paradigmas que norteiam a maneira de falar, expondo a importância de aprender a norma culta sabendo usá-la de maneira adequada sem que sua identidade seja pré-estabelecida por normas.

A sociolinguística complementa a gramática normativa na concepção das ideias que abrangem o cognitivo e os comportamentos linguísticos. Desse modo, é tempo de repensar como expor tudo isso ao aluno e reconstruir a maneira de ensinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Isolete Pacheco Menezes. *Atitudes linguísticas de nordestinos em São Paulo: uma abordagem prévia*. 1979. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1979.

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: Encontro e interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. Preconceito Linguístico. *Revista Presença Pedagógica*. v. 14, n. 79, jan./fev. 2008.

BEM, Daryl Jay. *Convicções, atitudes e assuntos humanos*. Trad. de Carolina Martuscelli Bori. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1973.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

LAMBERT, Willian W.; LAMBERT, Wallace E. *Psicologia social*. Trad. de Álvaro Cabral. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MARTINS, Marco Antonio.; VIEIRA, Silvia.; TAVARES, Maria Alice. Contribuições da sociolinguística brasileira para o ensino de português. In: MARTINS, M. A.; VIEIRA, S.; TAVARES, M. A. Ensino de português e sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2014. p. 9-35

MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães. *Fala, Letramento e Inclusão Social*, São Paulo: Contexto, 2007.

SABADIN, Marlene Neri. *Crenças e atitudes linguísticas: aspectos da realidade na tríplice fronteira*. 2013. 220 f.: il.

SILVA-PORELI, Greize Alves da. *Crenças e atitudes linguísticas na cidade de Pranchita-PR: um estudo das relações do português com línguas em contato*. Londrina-PR: UEL, 2010. 114 f.: il.